



## **A FORÇA DA CULTURA POPULAR E A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NO VIVENCIAR O TERRITÓRIO COM AS CRIANÇAS**

NóCego - Outros silêncios.

**Jeane Costa Amaral**

Doutora em Educação; UFAL; jeane@uefs.br

**Lenira Haddad**

Pós-Doutora em Educação; UFAL; lenirahaddad@gmail.com

**Maria Assunção Folque**

Doutora em Educação; Universidade de Évora; mafm@uevora.pt

O artigo é recorte de uma pesquisa de doutorado intitulada a Criança, a Cidade e o Patrimônio no âmbito da Educação Infantil (CCP\_EI) que buscou compreender as dimensões teóricas e práticas que compõem uma proposta envolvendo essa temática na cidade de Penedo, Alagoas. A pesquisa de cunho etnográfico realizou-se com o acompanhamento de 28 crianças de 05 e 06 anos e uma professora de educação infantil em duas escolas da rede pública municipal de Penedo. Serão descritos/analísados quatro episódios que dimensionam a força da cultura popular e a valorização da cultura local, como esteio para a participação, significação e/ou ressignificação do patrimônio cultural pelas crianças. Os episódios apontaram que o afastamento entre os saberes e fazeres da cultura local da cultura escolar constitui-se um silenciamento a ser enfrentado.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; cidade; infância; patrimônio.

The article is part of a doctoral research entitled Child, the City and Heritage in the scope of Early Childhood Education (CCP\_EI) which sought to understand the theoretical and practical dimensions that make up a proposal involving this theme in the city of Penedo, Alagoas. The ethnographic research was carried out with the monitoring of 28 children aged 5 and 6 years and a teacher of early childhood education in two public schools in Penedo. Four episodes that measure the strength of popular culture and the appreciation of local culture will be described / analyzed, as a mainstay for the participation, significance and / or reframing of cultural heritage by children. The episodes pointed out that the gap between the knowledge and practices of the local culture of the school culture constitutes a silence to be faced.

**Keywords:** Early Childhood Education; City; childhood; patrimony.



## 1 – Introdução

O Estado de Alagoas, segundo o mapeamento do Patrimônio Cultural de Alagoas pelo IPHAN<sup>1</sup>, é considerado o segundo menor estado do Brasil. Entretanto, reúne mais de 30 manifestações folclóricas e o maior número de folguedos vivos em atividade, dentre eles: Bumba meu boi, Guerreiro, Coco de Roda, Pastoril, Fandango, Cavalhada, Chegança, Maracatu, Reisado, dentre outros. Penedo, como um dos municípios mais antigos do estado, para além do patrimônio histórico, traduzido no arcabouço arquitetônico ainda conservado, também possui uma vasta riqueza, no que diz respeito ao patrimônio cultural.

No Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN (IPHAN, 2015), do município de Penedo, foram identificadas cinco celebrações: Festa do Bom Jesus dos Navegantes; Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário; Festa de Santo Antônio; Lavagem do Beco; Corrida de Embarcações; duas edificações: Casa de Axé do Pai de Santo Bobô; Casa de Farinha de Manoel Vieira (povoado Tabuleiro dos Negros); cinco formas de expressão: Guerreiro; Pastoril; Coco de Roda; Banda de Pífano; Lenda do túnel do Convento Nossa Senhora dos Anjos; dois lugares: Feira Livre e Várzea da Marituba; e treze ofícios: Modos e saberes da pesca; Caça de jacaré; Modo de fazer culinário; Moqueca de jacaré; Macasada e quebra-queixo; Modos e práticas da rizicultura; Artesanato com palha de Ouricuri; Ofício de santeiro; Modo de fazer escultura em pedra; Artesanato de miniatura em madeira; Modo de fazer bonecos de carnaval; Práticas e modos de construir em taipa; e Ofício de tirador de coco.

Diante dessa diversidade de saberes e fazeres, que certamente há de ser muito mais, ainda invisibilizados ou silenciados, em sua maioria oriundos de origem africana e indígena e que resistem, ainda hoje, com muito vigor no município de Penedo, cabe perguntar: Esses saberes e fazeres estão sendo acessados como patrimônios culturais nos currículos escolares, como componentes importantes, valorizados como elementos que interligam gerações, conectam memórias e ressignificam práticas sociais locais?

O objetivo desse artigo é discutir como a educação infantil pode contribuir para a melhor aproximação das crianças inseridas na rede municipal de educação da cidade de Penedo, da cultura local, promovendo a participação, significação e/ou ressignificação do patrimônio.

A aproximação em Penedo, município do sul do Estado de Alagoas, à beira do Rio São Francisco, cidade tombada em 18 de dezembro de 1995, pela Portaria n.º 169 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1995), iniciou-se desde 2018, devido à articulação

---

<sup>1</sup> Para ver mais, acessar: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/959/>>.

do Projeto de Pesquisa e Extensão do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL: **A criança, a cidade e o patrimônio: diálogos entre os saberes e fazeres da comunidade penedense e eborense**, que tem como campo de investigação duas cidades históricas Évora, Portugal e Penedo, Alagoas, Brasil.

Como parte desse Projeto foi desenvolvido, dentre outras ações, a pesquisa de doutorado intitulada a Criança, a Cidade e o Patrimônio no âmbito da Educação Infantil: identidade cultural, pertencimento e participação que buscou compreender as dimensões teóricas e práticas que compõem uma proposta que relaciona Criança, Cidade e Patrimônio no âmbito da Educação Infantil (CCP\_EI). As experiências vividas nas duas cidades supracitadas possibilitou elencar 08 dimensões que compõem uma proposta na relação CCP\_EI. Nesse trabalho, trataremos de uma das dimensões que se destacou na cidade de Penedo, em decorrência da pesquisa de cunho etnográfico, envolvendo uma professora e 28 crianças de duas turmas de 05 e 06 anos da rede pública municipal de educação infantil. Trata-se **da força da cultura popular e a valorização da cultura local**, como esteio para a participação, significação e/ou ressignificação do patrimônio cultural pelas crianças.

Em diagnóstico realizado com 190 profissionais da educação infantil (Coordenadores, professores e auxiliares), através de um questionário com 08 questões relacionadas a temática, criança, cidade e patrimônio, percebeu-se que a aproximação das crianças dos saberes e fazeres locais via instituição ainda é incipiente. Apenas 40% dos profissionais da educação infantil que responderam a pesquisa afirmaram já terem realizado algum trabalho com as crianças voltado para o patrimônio imaterial. E apenas 3,8% dos respondentes indicaram estabelecer algum vínculo com grupos culturais da cidade.

Na entrevista com a técnica da educação infantil do município, ela relatou ter elaborado, em 2017, um Projeto denominado “Um Ilustre Conhecido”, que foi apresentado como proposta às escolas, no intuito de permitir uma aproximação com artistas, mestres ou pessoas da comunidade que tivessem algo a contribuir para os saberes e fazeres, nas instituições escolares, em relação às crianças. Entretanto apenas algumas escolas conseguiram realizar o projeto. Nas nossas análises em relação ao patrimônio material, pudemos diagnosticar que acontecem visitas e apreciações, mas essas atividades ocorrem esporadicamente, em datas comemorativas e, na sua grande maioria, de modo apreciativo.

Para além desse diagnóstico realizamos um projeto de correspondência entre as crianças e a professora de Penedo com um grupo de crianças de Évora, Portugal de 3 a 6 anos, com a temática minha cidade o que potencializou às saídas das crianças de Penedo na e pela cidade proporcionando vários encontros com todo o patrimônio cultural de maneira visceral e interacional. Os

acontecimentos e narrativas oriundos dessas saídas foram analisados a partir das nossas apreensões dos sentidos e significados atribuídos pelos partícipes: crianças e professora, a partir de fotografias, notas de diário de campo, relatos e videograções realizadas. Serão descritos/analizados quatro episódios vivenciados pelas crianças nas suas saídas pelas ruas da cidade e encontros com a cultura popular, a saber: encontros na feira livre; encontro fortuito com um músico na rua; adentrando o Teatro municipal; e a narrativa sobre uma casa de farinha.

## 2. Patrimônio, território e educação infantil

Para Santos (2007), a história do homem se realiza plenamente a partir das manifestações existenciais no seu território, no seu lugar de origem. Segundo Nogueira e Filho (2019), se faz necessário pensar os silêncios e ocultamentos, assim como o que deve ser protegido, valorizado, dentro do que se considera patrimônio que sempre esteve presente, mas que não era alçado como patrimônio a ser valorizado.

Quando pensamos no conceito tradicionalmente difundido de patrimônio, muitas vezes nos remetemos a bens materiais tangíveis: edifícios, palácios, monumentos, obras de arte, enfim, algo palpável, visível e de grande “vulto” e destaque histórico que nos foi deixado de herança. Segundo Nogueira e Filho

Em sentido etimológico, patrimônio advém de patrimonium, uma junção de “patri”, termo designador de “pai”, com “monium”, que exprime “recebido”, para referir-se à “herança”. Desde a noção mais antiga que manifesta o desejo de transmitir os bens da família, até a noção mais contemporânea, que desenvolve a ideia de um patrimônio a ser transmitido para as gerações futuras, nota-se como o conceito é uma construção social. (NOGUEIRA e FILHO, 2019, p. 6)

Considerando a perspectiva etimológica, patrimônio é uma herança que será transmitida pelas gerações, pelo desejo de perpetuar a história, de garantir que os ensinamentos e as tradições do passado se eternizem. Dessa maneira, podemos pensar que não existe apenas herança no campo do tangível, mas do intangível; que todas as boas ou más memórias, vivências, práticas culturais, saberes e fazeres também podem ser transmitidos e considerados um patrimônio. Como vivemos em sociedade e essas heranças são passadas para nós socialmente, de diferentes maneiras e por diferentes agentes e em diversas perspectivas, podemos, assim, conceituá-las como construções sociais que são validadas e constituem-se num campo repleto de disputas (NOGUEIRA; FILHO, 2019).

Segundo Duarte (2019, p. 20), o francês Hugues de Varine Bohan fez uma análise bem abrangente acerca do **patrimônio**, apresentando-o em três categorias e definições: “[...] os

elementos pertencentes ao **meio ambiente**, que tornam o local viável para habitar; **os saberes e fazeres** das comunidades que habitam esse meio ambiente; e **os objetos** construídos pela mão do homem, desde uma colher até as edificações mais sofisticadas”.

No Brasil, é possível destacar alguns momentos processuais que contribuíram para a ampliação desse conceito: 1) momento em que se privilegiaram o patrimônio material e as memórias luso-coloniais até a década de 60; 2) incorporação do conceito de bem natural para o patrimônio com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural, em 1975; e 3) reconhecimento e institucionalização das diferenças e do direito à memória da cidadania, preconizadas no artigo n.º 216 da Constituição de 1988 (NOGUEIRA; FILHO, 2019).

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) define o Patrimônio Cultural brasileiro da seguinte forma: “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. E no parágrafo 1.º acrescenta: “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...]”. Portanto, o patrimônio cultural é um bem público que deve ser preservado com a colaboração da comunidade, entendendo esse bem público como:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, art. 216, § 1.º).

Nesse elenco de patrimônios materiais, imateriais, arqueológicos, naturais etc., constantes desse artigo da Constituição, poderíamos visualizar a cidade como um lugar que, independentemente de ser considerado um patrimônio instituído por algum órgão de proteção patrimonial, se constitui num lugar de memória e de história a ser explorado por seus cidadãos e ressignificado por eles.

Nessa linha de pensamento, é possível inferir que o local habitado e os seus saberes e fazeres das suas comunidades locais é considerado um patrimônio, e pela legislação brasileira podemos afirmá-los como um patrimônio cultural. Esses saberes e fazeres se realizam de forma vivaz no cotidiano das cidades, portanto, é uma cultura que não pode estar dissociada da cultura escolar na sua condição de ser um patrimônio a ser preservado pelo poder público e pela comunidade. Em Penedo, Alagoas, é latente as manifestações que necessitam ser reapropriadas e ressignificadas.

No levantamento realizado no diagnóstico em Penedo, a esse respeito, pela equipe do Projeto de Pesquisa e Extensão: **A criança, a cidade e o patrimônio: diálogos entre os saberes e fazeres da comunidade penedense e eborense**, foram identificados nove artistas locais: Mestre Vieira (Índio), escultor em madeira; Tadeu dos Bonecos, carnavalesco que confecciona bonecos gigantes; Mestre Tim Maia, Santeiro, escultor em madeira; Newfrancis, filho do Mestre Tim Maia, também escultor em madeira; Mestre Painho e artistas teatrais da cidade; Dona Necília (Enedina), moradora antiga da cidade; Mestre Chica, dançarina de guerreiro; Mestre Bentinho da capoeira; Mestre Belo da Dança do coco; e seis grupos culturais: Mandingueiro da Capoeira, Versartes (teatro), Flor do Sertão (teatro), Maria Dengosa (teatro), Quebra-Coco (Dança do Coco), Guerreiro Treme Terra (Folguedo) (HADDAD et. al., 2019).

Nas nossas saídas e vivências com as crianças e a professora, esse enorme arcabouço do patrimônio imaterial se apresentou de maneira latente, trazido pelas crianças em suas manifestações espontâneas, como também apreendido no transitar os diferentes espaços da cidade.

Dentro dessa perspectiva é que consideramos a ocupação e participação da criança nos diversos espaços na/da cidade, como um contributo para a construção da identidade cultural e da pertença do seu território, para que, se reconhecendo como sujeito, ela possa buscar novos espaços, novos territórios, visando a uma planificação social em âmbito individual e também coletivo. Segundo o geógrafo Milton Santos

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 2007, p. 14)

O conceito de território de Santos conclama que “[...] o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano” (SANTOS, 1998, p. 16); em outras palavras, é o uso do território que faz dele objeto de análise social e não o território em si. O autor amplia o conceito de acordo com as condições atuais do mundo, imprimindo um sentido mais global, que inclui hoje a interdependência universal dos lugares, em razão de toda a fluidez virtual de que dispomos.

Santos (1998), desde o fim do século XX, com o início da intensidade da globalização, já indicava que o território transpassa a ideia de região e que a nova construção de espaço e seu funcionamento são entrecortados pelo que ele chama de horizontalidades e verticalidades.



Horizontalidades são os domínios próximos, vizinhos, que estão por perto, e as verticalidades são os pontos distantes, *longínquos*, mas ligados por outros processos sociais e não geográficos. Esses processos podem ser chamados atualmente de “redes”. Portanto, segundo o autor, o território pode ser formado, atualmente, por lugares contínuos e por lugares de redes, não apenas físicos. Entretanto, adverte que, independentemente das verticalidades impostas pelas diversas redes no território, “[...] há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e os espaços de alguns” (SANTOS, 1998, p. 16).

Partindo desse pressuposto é que consideramos importante a ocupação desses espaços pelas crianças e, nessa direção, “o espaço banal”, trazido por Santos (1998), nos parece ser o espaço que lhes é próprio, que pode ser vivido ainda sem muita verticalidade. Isso não quer dizer que defendamos que as crianças devam ser privadas de culturas exteriores às suas, mas sim que elas não sejam apenas invadidas pelos territórios verticais do mercado global. Além disso, que a criança tenha oportunidade de apropriar-se, gradativamente ou paralelamente, da sua própria cultura, do seu território, dos espaços que lhe dizem respeito e que são seus por direito, com a ajuda de um adulto ou por si, na sua intersubjetividade.

É preciso promover ações para que esses territórios sejam ocupados. E, a partir da ocupação dos territórios “banais”, do encontro com sua rua, seu bairro, sua comunidade, sua cidade, vá construindo os processos identitários mais fortalecidos em suas raízes, reconhecendo-se como parte do lugar de pertença. E essa vivência constante certamente fortalecerá a construção de outras identidades, nesse mundo atravessado por redes, relacionando-as com as realidades sociais de cada território.

Pereira (2016, p. 48), em um texto denominado Infância e Cultura, em que a autora busca compreender as relações entre a experiência da infância e a cultura, afirma que “A cultura é ao mesmo tempo o mundo que se apresenta para nós e a forma como esse mundo nos diz quem somos nós”. Ampliar a presença e a participação da criança em todos os espaços da cidade é também ampliar suas possibilidades de exploração desse mundo que se apresenta, de outras vivências culturais.

Promover, junto com as crianças, a interação com o entorno, valorizando as manifestações culturais e promovendo a integração intrageracional em espaços públicos está implicado em dois artigos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, (BRASIL, 2009)

Art. 3.º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental,

científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4.º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009)

A partir dessas premissas trazidas pelas DCNEI oportunizar as diferentes infâncias experiências de ocupação e participação na cidade, contribui para a compreensão, no âmbito da educação infantil, de como podemos proporcionar o encontro entre a cidade e o patrimônio cultural, em seus diferentes aspectos, com a cultura escolar, abrindo trilhas, em diálogo com diversos atores, em busca de sentidos, ajudando na participação da criança com toda a sua “positividade” (ABRAMOVICK, 2011), na construção da obra da cidade e na preservação e conseqüente renovação do patrimônio cultural do seu território.

### **3. Manifestações potencializadoras da cultura popular vivenciadas pelas crianças a partir dos seus territórios**

Para trazer de maneira empírica as experiências vividas na pesquisa e que nos permitem refletir sobre o silenciamento entre a necessária articulação entre a cultura escolar e a cultura popular, apresentaremos e analisaremos quatro momentos/episódios que foram vivenciados com as crianças e professora, no acompanhamento dos percursos realizado com as crianças na cidade de Penedo. Os três primeiros decorrem de saídas a pé na cidade com as crianças e o último na narrativa de uma criança a respeito do seu saber sobre fazer farinha de mandioca.

**O primeiro encontro** decorreu da experiência vivenciada com as crianças com a nossa ida a Feira Livre da cidade. Nos deparamos com toda a singularidade presente naquele espaço, no qual se misturam diversos tipos de mercadorias, pessoas, trocas, saberes. Eles apreciaram a Barraca de Artesanato de palha, tradicional de Dona Neide da Banana; puderam fazer compras de frutas, descobrir algumas que não conheciam como a graviola, ou que nunca tinham tido a oportunidade de experimentar como o morango. Circular livremente pela feira no meio das barracas com um grupo composto de crianças pequenas chamou a atenção dos feirantes e trausuentes, que questionavam de que escola eles eram, porque estavam na feira, interagiam oferecendo descontos e demonstrando um estranhamento por perceberem aqueles corpos que se encontram invisibilizados enquanto crianças institucionalizadas nos espaços da educação infantil. Estarem explorando tão livremente um espaço coletivo e “tido como não usual para crianças” ocasionou por parte de alguns adultos esse



estranhamento. E nesse sentido nos questionamos, para qual criança? Já que é comum vermos em feiras livres crianças não institucionalizadas, em trabalhos infantis ou acompanhando seus familiares feirantes.

Dentre os momentos vivenciados na Feira Livre com as crianças destaca-se o encontro com o ofício de sapateiro, o que causou muita curiosidade nas crianças. Maria Vitória (5 anos) descolou seu sapato e pediu ajuda a professora que pediu aos outros colegas que esperassem para dar um jeito. Nesse momento João Victor (06 anos) disse que tinha uma barrquinha que ele tinha visto que consertava sapatos. A professora escutou a criança e pediu que nos levasse lá. Era realmente uma barraca pequena escondida no meio da Feira onde um sapateiro atendeu as crianças cordialmente e fez o serviço de colagem no sapato da Maria Vitória (5 anos) sendo observado por todas as crianças, que ao final do serviço aplaudiram, o sapateiro que por sua vez, não cobrou o serviço.

**Figura 01:** Sapateiro colando o sapato da criança na Feira Livre.



Fonte: Acervo das autoras (2019).

**O segundo encontro** ocorreu em uma saída a pé para uma loja de artesanato da cidade, no caminho encontramos fortuitamente com um músico amador cantando na porta da sua casa; as crianças ficaram curiosas, então resolvemos parar, sentamos na calçada e começamos a cantar com ele as músicas que as crianças iam emitindo, e ele ia acompanhando no violão. Ficamos um bom tempo cantarolando na calçada com o músico e depois seguimos o nosso caminho. Foi um momento ímpar, genuíno e culturalmente significativo, por representar um hábito cultural dos moradores de ficarem sentados à sua porta observando o movimento das ruas.

**Figura 2** – Crianças sentadas na calçada cantando com um músico popular



Fonte: Acervo das autoras (2019).

De maneira mais significativa, o **terceiro encontro** ocorreu quando as crianças se depararam com a música e o teatro de uma vez só, por meio de uma experiência imprevista, não programada, em nossa saída à rua, para colocarmos uma carta nos Correios direcionada às crianças de Portugal. O encontro transcorreu da seguinte forma: saímos dos correios, atravessamos a rua e fomos apreciar a exposição de fotos de animais da Mata Atlântica, no hall do Teatro 7 de setembro, como havíamos combinado. As crianças apreciavam as fotos, quando um grupo começou a perceber uma movimentação que vinha de dentro da área interna do teatro e, então, começaram a se amontoar debruçados na escadaria que dava entrada ao pórtico do grande salão do teatro. No palco, estava ocorrendo o ensaio de uma peça teatral. A professora solicitou às crianças que fizessem silêncio, para não atrapalhar os atores, e ficamos ali abaixados, ouvindo os gracejos que saíam do palco, quando veio em nossa direção o diretor do espetáculo que, gentilmente, perguntou se gostaríamos de adentrar o teatro e acompanhar o ensaio. As crianças, de prontidão, aceitaram o convite e assim fomos apreciar o ensaio do espetáculo. Tratava-se de uma peça teatral denominada O Território é um Livro, dirigida por Alê Santos, diretor da Companhia de Teatro Lampejo, um grupo amador da cidade de Penedo. O espetáculo retrata a feira livre Penedense, em sua essência, e homenageia Neide da Banana, que é uma das feirantes mais antigas da região. O artista resumiu o espetáculo em poucas palavras para as crianças, que, devidamente sentadas nas cadeiras do teatro, acompanhavam absortas o ensaio e ficaram mais empolgadas ainda quando uma das personagens entoou, ao som de

um pandeiro, uma música em ritmo de Coco de Roda, que trazia no refrão o chamamento que se faz na feira livre: “Quem quer comprar, quem quer comprar”! Um refrão bem ritmado e que foi acompanhado pelas palmas das crianças. Ao término do ensaio, que se tratou apenas de um recorte para a apreciação, em primeira mão, das crianças convidadas, agradecemos e seguimos caminho. Para a nossa surpresa, a música ao ritmo de Coco de Roda foi cantada pelas crianças, espontaneamente, por todo caminho no retorno à escola. Além do refrão da música ter sido cantado durante todo o trajeto do retorno da escola, no compasso do coco de roda, a partir daquele dia tornou-se a música mais cantada pelas crianças, nas rodas iniciais de contação de história, na fila do lanche, em momentos de espera na sala, nas nossas saídas às ruas, sendo o ritmo batucado nas carteiras da sala em vários momentos.

Foi um momento ímpar, tanto pelo conteúdo do espetáculo, que parecia traduzir nossa experiência recente na feira livre com as crianças, como também contemplava os elementos referentes à importância da tradição, da cultura popular e da vivência na cidade como fundantes na formação da identidade cultural e do pertencimento local

No texto do espetáculo, o autor, que também é o diretor, traz frases como: *“A cidade é um lugar de aprendizado; cada canto tem uma história e alguém para nos contar; “Vamos sentar no banco da praça e ouvir os barulhos que a vida faz; pertencer é enxergar além dos muros da escola”* – contemplando e resumindo bem o que experimentamos em muitas de nossas saídas com as crianças.

**Figura 3** – Crianças visualizando a exposição de fotos; Crianças se juntando na escadaria; Crianças atentas ao ensaio



Fonte: Acervo das autoras (2019).

**Figura 4** – Crianças adentrando o teatro; Diretor do espetáculo conversando com as crianças; Crianças assistindo ao ensaio



Fonte: Acervo das autoras (2019).

O **último momento** relatado aqui denota a potência e necessidade das crianças de externarem suas vivências e suas histórias e pode ser resumido em uma das frases contidas no espetáculo descrito acima: *“Cada canto tem uma história e alguém para nos contar”*.

Ao realizarmos com as crianças uma roda de conversa a respeito da correspondência que estávamos realizando com as crianças de Portugal, lemos a carta que as crianças de Évora enviaram questionando o que tinha na cidade deles que eles podiam mostrar. As respostas das crianças voltaram-se para os lugares do respectivo povoado de onde eram oriundas e os espaços da escola que queriam mostrar. Sugeriram mostrar o campinho, onde tinha a jaqueira enorme e eles gostavam de estar; a horta da escola; a frente e o muro da escola. Fora do âmbito escolar, sugeriram o balneário Santa Amélia, ao qual já tínhamos ido; a barragem da Usina Paise, que fica no povoado vizinho de Santa Amélia; e, por fim, Carlos Gabriel (6 anos) sugeriu irmos à Casa de Farinha. Foi retrucado pelo Jhony (6 anos), que respondeu: *Não dá para ir lá não, agora. Tá sem vida!* A professora, percebendo o interesse das duas crianças, resolveu perguntar às outras se elas também gostariam de mostrar a Casa de Farinha para as crianças portuguesas; algumas crianças balançaram a cabeça que sim! Carlos Gabriel disse: *Vamos, sim!* A professora, retomando a fala de Jhony, disse que só poderíamos ir quando estivesse com vida, ou seja, funcionando, e teríamos que solicitar o transporte à coordenadora da escola. Nesse momento, sugeriu que fôssemos em grupo pedir à coordenadora, na Secretaria da escola, o transporte. As crianças concordaram, e Gabriel se ofereceu

para fazer o pedido. Já na Secretaria, transcorreu um longo diálogo onde Gabriel demonstra todo o seu conhecimento sobre como fazer farinha de mandioca, como podemos verificar nesse trecho do diálogo:

[...]

Gabriel: *Aí tem umas coisas lá, tem dois fogão, tem um fogão assim (fazendo o gesto circular). E outro assim! (outro gesto circular).*

Professora: *E esse fogão faz o quê?*

Jhony: *Faz farinha.*

Professora: *Faz farinha nesse fogão?*

Gabriel: *Não, é assim...*

Eva: *O que cozinha para fazer a farinha?*

Gabriel: *Nós pega, nós pega mandioca, bota no coisa e vai fazendo assim, e a mandioca vai descendo (começa a mexer o corpo para mostrar como amassa a mandioca), depois nós pega, bota no caixão, aí nós vai fazendo a farinha, vai botando no fogo, vai fazendo assim (fazendo gestos de quem está mexendo uma panela), aí vai coisano.*

Professora: *E quando é que sabe que a farinha está pronta?*

Gabriel ficou pensativo.

Professora: *Hein, Alan, quando é que sabe que a farinha está pronta?*

Allan: *Não sei!*

Professora: *Quem é que sabe?*

Sofia: *Tira.*

Professora: *Tirar é provar, né?*

Sofia balançou a cabeça que sim.

Allan: *Tá muito quente.*

Eva: *Ah, gente, já estou curiosa!*

Professora: *E o cheiro é bom?*

Gabriel: *Não, é assim! Pega a mandioca, bota no saco, bota no coisa, baixa o pau e começa a coisar (começou a remexer o corpo todo para demonstrar como mexia a mandioca).*

Crianças: (Risos)

Professora: *E vai mexendo (imitando o gesto do Gabriel).*

Sofia: *E começa a bater...*

Gabriel: *Não! É assim não... (Fez o gesto de apertar) E aí vai coisando (mexendo o corpo novamente).*

Eva: *Ah, estou adorando!*

Gabriel: *Pega um coisa de um saco e vai coisando, tira de outro e bota no outro (fazendo os gestos), aí chega desce o leite, aí tira, bota no coisa, aí tira do saco, bota dentro, raspa, aí quando o leite sair, pega e bota no coisa, aí bota mais outro saco, coisa, aí consegue descer, aí faz a farinha.*

Professora: *Mas pega a farinha e faz o quê?*

Gabriel: *Bota um pouquinho de farinha.*

Professora: *Aí bota no forno?*

Gabriel: *É!*

Professora: *Aí vai mexendo... Como é que mexe?*

Gabriel: *Mexe assim, tem um pau, que ele é um rodo. Faz assim, faz assim... (gesticulando como se estivesse puxando o rodo).*

Professora: *Aí quando está pronto, aí tira?*

Gabriel: *Pega uma folha de bananeira, vai tirando as folhas de bananeira, vai botando em umas tiras, assim... (mostrando gestualmente como é), vai cortando*



*assim, assim, vai botando o bolo...*

Professora: *Aí já é o bolo, né?*

Gabriel balança a cabeça que sim.

Eva: *É uma delícia esse bolo!*

[...] (DIÁRIO DE CAMPO 05 – CT, 22/11/2019 – Transcrição de vídeo).

Esse episódio nos mostra a potência da cultura popular em relação ao modo de fazer, apresentado na narrativa de Carlos Gabriel (6 anos), que busca na memória e externiza com os movimentos do corpo, o modo de manipulação da mandioca e como fazer a farinha e o bolo enrolado na casca da bananeira. Enquanto narrava, os colegas, que também compartilhavam desse saber, ou o apoiavam ou discordavam em algum ponto. Esse apoio também se manifestou na interlocução da professora, o instigando para falar mais e, como também era conhecedora desse modo de fazer, contribuía com conectivos para ajudar a memória trazida por Gabriel. Por outro lado, a escuta atenta da coordenadora pedagógica também ajudou Gabriel a verbalizar e expressar o seu desejo legítimo de saída para visitar a Casa de Farinha.

#### 4. Conclusão

Conhecer as manifestações que traduzem a nossa existência, nossos modos de vida, de subsistência e, mais do que isso, saber compartilhá-las é uma forma de garantir que nossa identidade cultural se fortaleça e que nosso espaço de origem possa ser valorizado. Abrir espaço na escola, desde a infância, escutando as histórias e memórias das crianças contribui para fortalecer os saberes próprios de seus territórios próprios, como também suas identidades culturais.

De maneira geral os momentos/episódios nos mostram que para além da valorização do patrimônio cultural, vivenciar a cidade e seus territórios, no âmbito da educação infantil, depreende no investimento em dois elementos fundamentais.

O primeiro elemento diz respeito à **força da vivência de experiências reais** que se reflete na compreensão de que estar nas ruas com as crianças, para além de apenas mais uma prática pedagógica, se constitui como uma perspectiva de interação e interlocução com a cultura presente em qualquer território. O segundo elemento é a **escuta das crianças e seus interesses**, pressuposto fundamental em qualquer dimensão pedagógica, considerando as crianças como cidadãos que tem direitos e podem opinar sobre suas infâncias. Oportunizar que as crianças vivam suas infâncias, com todas as possibilidades, constitui-se em uma perspectiva intrínseca à educação infantil.

Os momentos/episódios demonstram que os interesses e percepções das crianças estão atreladas as suas vivências reais e, portanto perpassam pelas manifestações culturais que são



expressadas e vividas nos seus territórios. Dessa maneira a cultura latente percebida e que faz parte do “espaço banal” ou da “horizontalidade” (SANTOS, 1998) não podem ser silenciadas dentro das práticas escolares no âmbito da educação infantil, elas devem ser valorizadas e inseridas como patrimônios a serem valorizados e re significados.

## Referências

ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. (Org.) **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2020

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27883.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Brasília, 2009.

DUARTE, Robledo. Design, cidades e patrimônio. In: NETTO, Raymundo (Org.); HOLANDA, Cristina Rodrigues (Coord.). **Curso de Formação de mediadores de educação para patrimônio**. Ilustrado por Daniel Dias. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020, f. 2.

HADDAD, Lenira. et al. **Relatório diagnóstico do projeto: a criança, a cidade e o patrimônio: diálogos entre os saberes e fazeres da comunidade penedense e eborense**. Maceió: Grupo de Pesquisa de Educação Infantil e Desenvolvimento Humano (GPEIDH), Pós-Graduação em Educação, Ufal, 2019.

HADDAD, Lenira; FOLQUE, Maria Assunção; BEZELGA, Isabel. **Projeto A criança, a cidade e o patrimônio: diálogos com os saberes e fazeres da comunidade penedense e eborense**. Proposta Técnica, Fundepes, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Brasil. Alagoas. Penedo. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=270670>> Acesso em: 20 jun. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014.

\_\_\_\_\_. **Educação patrimonial: programa mais educação**. Brasília, DF: IPHAN, Secretaria de Educação Básica – MEC, 2012.

\_\_\_\_\_. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

\_\_\_\_\_. **Inventário participativo**. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

\_\_\_\_\_. Gabinete da Presidência. Portaria nº 169 de 18 de dezembro de 1995. Dispõe sobre o tombamento do Centro Histórico do Município de Penedo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez.1995. Seção 1, p. 34.

\_\_\_\_\_. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília, DF: IPHAN, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Manual prático do Morador**. Sítio Histórico de Penedo. Brasília, DF: IPHAN, 2008.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; RAMOS FILHO, Vagner Silva. Afinal, o que é patrimônio? Conceitos e Trajetórias. In: In: NETTO, Raymundo (Org.); HOLANDA, Cristina Rodrigues (Coord.). **Curso Formação de mediadores de educação para patrimônio**. Ilustrado por Daniel Dias. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2019, f.1.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. Territórios Educativos: como aprender na cidade? **Portal Aprendiz**, São Paulo, 6 abr. 2015. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/04/06/territorios-educativos-como-aprender-na-cidade/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PEREIRA, Rita Ribes. Infância e cultura. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ser criança na educação infantil: infância e linguagem**. Brasília: MEC-SEB, 2016, p. 48. Caderno 2.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S.; SIQUEIRA Graciele e. Instrumentos possíveis para uma intervenção nas cidades – Parte I. In: NETTO, Raymundo (Org.); HOLANDA, Cristina Rodrigues (Coord.). **Curso Formação de mediadores de educação para patrimônio**. Ilustrado por Daniel Dias. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2019, f. 11.

RAMOS, Sylvania Pirillo. Programa Monumenta em Penedo (Alagoas, Brasil): a pobreza como entrave na Revitalização do Patrimônio Cultural. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 364-387, abr. 2013.

SANTOS, Meiriane Ferreira Bezerra. **A educação infantil em Penedo: um estudo da rede pública municipal na dimensão da política e da gestão educacional**. 2020. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura e SOUZA, Maria Adélia (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo, Hucitec-Anpur, 1998.

